



Declaração do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui)

27 de Fevereiro de 2023

Um ano de guerra na Ucrânia

Somente a classe operária, unida, em luta e sob o programa da revolução socialista, pode pôr fim à guerra de dominação

O fundamental de todas as atividades, pronunciamentos e decisões preparadas pela coligação imperialista, dirigida pelos Estados Unidos, foi que a guerra vai se prolongar e a escalada militar avançar. A Resolução da ONU sintetizou essa perspectiva. É preciso ainda assinalar a importância de a China apresentar uma proposta, objetivando um acordo de paz.

A posição de prolongamento do confronto, ou de sua abreviação por meio de uma solução diplomática se delinearam claramente. Os Estados Unidos e aliados europeus tiveram de rejeitar a proposição da China. E a Rússia se dispôs a estudá-la.

A linha das potências pró-Ucrânia foi de ultimato a Putin, que retirasse as tropas incondicionalmente. Somente assim, seria possível acabar com a guerra. Essa diretriz já havia sido ditada por Biden, quando da visita do chanceler Alemão à China e à do presidente da França aos Estados Unidos.

A posição do Brasil foi a de se equilibrar entre as partes, o que resultou em mudança de posição ao condenar a Rússia, como sendo a responsável pela guerra e ao desresponsabilizar os Estados Unidos, aliados e a OTAN. Mas, procurou manter-se, em geral, no alinhamento favorável a suspender o confronto e negociar os termos de paz. O Brasil não tem peso decisivo para influenciar o curso dos acontecimentos mundiais, mas, com a eleição de Lula e sua influência na América Latina, as forças em confronto procuraram ver a melhor forma de utilizá-lo. O que ressaltou, em última instância, foi seu voto na Resolução ditada pelos Estados Unidos, passando a se distinguir entre os países dos Brics, que ou votaram contra ou se abstiveram, como foram os casos mais significativos da China e da Índia.

A tentativa das potências ocidentais de aumentar sua aliança mundial fracassou. Pouquíssima alteração se evidenciou nos votos favoráveis, contrários e abstenções. Nesse marco, repercutiu o clamor dos países que se alinharam em torno à bandeira de não prolongar a guerra, encontrar um arranjo diplomático para arrefecer a escalada bélica e possibilitar a discussão sobre a paz. Estava claro, porém, que se tratava apenas de pronunciamentos.

A Conferência de Segurança de Munique, realizada pouco antes da sucessão dessas manifestações políticas, havia decidido acelerar e ampliar o apoio militar ao governo Zelenski. A bandeira da OTAN, enfatizada na Conferência, foi a de “dar à Ucrânia o que precisa para vencer”. Certamente, não se trata de uma novidade. O seu significado está em que ao completar um ano de invasão o imperialismo indica que a sua meta é a de potenciar o confronto militar, a despeito da possibilidade de romper as fronteiras da Ucrânia e da Rússia.

No dia seguinte à visita de Biden à Ucrânia, Putin anunciou a suspensão da participação da Rússia no tratado de desarmamento nuclear New Start e ameaçou voltar aos testes nucleares caso os Estados Unidos os façam. Os Estados Unidos, de fato, estão reestruturando sua capacidade nuclear. A

possibilidade de as forças russas se valerem das “armas táticas nucleares” foi aventada assim que ficou claro o envolvimento das potências e da OTAN no armamento crescente das Forças Armadas da Ucrânia, que se iniciou pelo menos a nove anos, potenciando no último ano. A sombra do perigo de a guerra colocar em choque direto a OTAN e as Forças Armadas da Rússia vem se projetando com mais e mais intensidade a cada medida de entrega a Kiev de novos aparatos militares.

A posição da Conferência de Segurança de Munique, de ampliar o raio de ação da OTAN e toda a movimentação de forças militares norte-americanas na Europa dão a dimensão assombrosa de que a aliança imperialista poderá ir às últimas consequências para impor uma derrota à Rússia. A discussão sobre a paz ficou alheia aos cálculos da OTAN e dos interesses do complexo militar, embora nos Estados Unidos aumentem entre a população as críticas à política de guerra de Biden e cresçam as divergências entre republicanos e democratas. E dá a ideia do grau de submissão dos governos europeus à política dos Estados Unidos que claramente golpeia sua economia e fragmenta sua unidade.

A reunião da Assembleia da ONU e sua decisão pelo seguimento da guerra se deram, portanto, no marco de uma ofensiva norte-americana e da OTAN, que passaram a entregar a Zelenski os tanques de guerra mais potentes e que deram sinais de que poderão chegar ao ponto de enviar os aviões de caça. Fizeram parte dessa investida, as advertências à China, para que não exceda ao “apoio” econômico à Putin, enviando-lhe armas.

Joe Biden esteve em Kiev e, em seguida, na Polônia, para projetar o compromisso de Washington de enviar mais armas, enviar mais reforço logístico, contribuir com mais dólares e potenciar ainda mais as sanções econômicas à Rússia. Não há, assim, o que esperar, depois de um ano de guerra - cujos antecedentes se encontram na crise ucraniana que perfaz quase uma década -, que tem devastado a Ucrânia e dinamizado a crise econômica europeia e em todo o mundo, a não ser um salto à frente no armamentismo e nos riscos de uma terceira guerra mundial.

O objetivo de fortalecer a resistência ucraniana com os tanques alemães, ingleses e norte-americanos já é um fato. A questão, agora, se encontra na disposição e decisão de Biden em autorizar a entrega dos aviões caças, que seriam o recurso mais fulminante e que podem mudar o curso da guerra que, por enquanto, se acha retido nos marcos da Ucrânia. Ficou visível que a proposição de paz feita por Xi Jinping reflete o momento crítico em que a confrontação chegou.

É visível que há uma interligação entre as dissensões promovidas pelos Estados Unidos na Europa e na Ásia, sendo que, de um lado, transformaram a Ucrânia em bucha de canhão e, de outro, caminham no mesmo sentido armando Taiwan e impulsionando uma aliança belicista asiática.

A eclosão do confronto militar na Ucrânia resultou do recrudescimento paulatino do cerco da OTAN à Rússia, cuja

demonstração mais evidente foi o objetivo de subordinar a Ucrânia e a Geórgia, por meio de um processo de incorporação econômica à União Europeia, sob a bandeira de uma suposta decisão soberana das ex-repúblicas soviéticas. Soberania que é reivindicada pela coligação imperialista nos termos formais da Carta da ONU. Suposta soberania porque se trata de uma decisão da oligarquia burguesa ucraniana, que se constituiu no processo de restauração capitalista, de liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de decomposição das relações entre as ex-repúblicas soviéticas. A Ucrânia acabou por se submeter completamente aos ditames do imperialismo, principalmente dos Estados Unidos. Zelenski não foi autorizado a negociar a paz com a Rússia, conduta subserviente típica de um governo de um país colonizado.

A Rússia que emergiu da restauração se movimenta no sentido de conservar-se como um poder regional, assentado em uma extraordinária riqueza natural, de inestimável valor para as potências e, em particular, para a conservação da hegemonia declinante dos Estados Unidos, diante de uma China restauracionista, que se potenciou e se tornou uma grande rival econômico-comercial. É nessas condições que a Rússia reagiu intervindo militarmente na crise da Geórgia ainda não resolvida e na crise da Ucrânia. O que trouxe como consequência a questão do direito à autodeterminação das nações oprimidas.

Os monopólios e o capital financeiro dirigidos desde os Estados Unidos forçam passagem por cima das fronteiras nacionais, que ainda oferecem resistência ou se erguem como poderosos obstáculos, como é o caso do controle ou forte influência da Rússia sobre as ex-repúblicas soviéticas que ainda não foram subordinadas pelas forças econômicas e militares do imperialismo. A Rússia está obrigada a se valer ao máximo de sua condição de grande detentora de recursos naturais e de exportadora de commodities. Esse é o caminho que lhe vem reservando a restauração capitalista e a sua completa subordinação à economia mundial. E os Estados Unidos e União Europeia não podem renunciar à livre penetração de seus capitais na gigantesca e portentosa região euroasiática. Os Estados Unidos não podiam permitir que as potências da Europa aproveitassem sua associação com a Rússia para estabilizar e expandir sua economia. Tal contradição se manifesta na forma de disputa comercial, que se transforma em corrida armamentista e confronto militar.

A guerra que eclodiu em 24 de fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia pelas forças militares da Rússia se distingue, assim, de todas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao da Guerra da Coreia. Expressa em todas as dimensões o esgotamento da partilha do mundo do pós-guerra e a necessidade de as potências recuperarem cada milímetro do espaço perdido para as revoluções proletárias e para os movimentos anticolonialistas de libertação nacional do século passado.

Não é surpreendente que o imperialismo, que se caracteriza por negar a autodeterminação das nações oprimidas, impor-se economicamente por cima das fronteiras nacionais, intervir militarmente e promover as anexações, não somente de países como também de regiões inteiras, use a formalidade da Carta da ONU, de respeito à soberania dos povos, para condenar a Rússia e se livrar diante dos olhos dos explorados e povos oprimidos da responsabilidade pela guerra na Ucrânia.

Diuturnamente, vem tornando-se mais difícil aos Estados Unidos e seus aliados ocultarem seus objetivos econômicos, que os levaram a recrudescer e ampliar o cerco da OTAN à Rússia, e a avançar no terreno da guerra comercial à China, que implica preparar-se para uma possível conflagração militar. Eis por que os antecedentes da invasão russa na Ucrânia se encontram na crise de 2014-2016, que abalaram as relações entre as duas repúblicas, outrora interligadas sob a URSS, com a guerra civil desfechada por Kiev, que foi impulsionada pelo imperialismo contra a revolta nas regiões do Leste. E os antecedentes dessa ruptura, por sua vez, se encontram no processo de restauração capitalista, na degeneração dos laços entre as repúblicas soviéticas e na destruição da mais avançada conquista revolucionária do proletariado mundial, que foi a edificação da URSS sobre a base da transição

do capitalismo ao socialismo e do direito à autodeterminação das nações, com todas as suas implicações históricas.

É nas condições de esgotamento da ordem mundial levantada após a Segunda Guerra, da necessidade de uma nova partilha do mundo e da restauração capitalista triunfante que se deve compreender e responder à guerra de dominação que se trava na Ucrânia e que apresenta como perspectiva uma conflagração mundial.

As respostas, a luta pelo fim da guerra de dominação e, certamente, a formulação da paz dependem não das forças que dela participam, nem de aliados, ou seja, não dependem de nenhuma das frações capitalistas ou pró-capitalistas. Dependem do proletariado e dos demais trabalhadores. Esse conteúdo de classe da guerra condiciona o conteúdo de um possível acordo de paz, que se mostrou longe dos objetivos dos Estados Unidos, embora a proposição da China preveja a “soberania e integridade territorial de todos os países”, repetindo os termos jurídicos da Carta da ONU.

O fato de se ter formalizado uma proposta de paz, discutida amplamente, pela primeira vez, indica a existência de enorme pressão contrária ao prolongamento da guerra. Tudo indica que essa será a questão que mais chamará a atenção da população oprimida, na medida em que a escalada militar e o confronto em solo ucraniano expõem o perigo real de a guerra romper o seu marco inicial. Os governos europeus empenhados no envio de armas a Zelenski não tiveram como arrastar multidões para apoio à causa do imperialismo de cercar a Rússia e submetê-la. Por outro lado, também não se têm manifestações massivas de apoio à invasão militar russa.

A ausência de respostas do proletariado e dos demais explorados à guerra de dominação, no campo da independência classe, por sua vez, indica a profunda crise de direção revolucionária. As inúmeras e seguidas greves em vários países da Europa, porém, assinalam a potenciação das tendências da luta de classes. É certo que ainda se limitam às reivindicações econômicas. O seu desenvolvimento, no entanto, tem tudo para convergir no sentido da bandeira de fim da guerra, que implica combater o cerco imperialista à Rússia e acabar com a ofensiva militar da OTAN em toda a região.

As manifestações de um ano de guerra em favor da posição da ONU se limitaram a um pequeno contingente. Apenas repetiram as conhecidas falsificações dos porta-vozes de Zelenski, dos Estados Unidos, da Comissão Europeia e da OTAN. O que se distinguiu, notoriamente, foi a manifestação em Berlim, convocada pelo partido “A Esquerda”. O “Manifesto pela Paz” se coloca contra o envio de armas à Ucrânia e advoga a abertura de negociação entre as partes. Certamente, trata-se de uma expressão da pequena burguesia pacifista, mas que assinala a exaustão da guerra e os perigos de seu prolongamento, sustentado pela coalizão montada pelos Estados Unidos.

A necessidade objetiva de se erguer um poderoso movimento de massa pelo fim da guerra está colocada. O problema se encontra nas direções pró-capitalistas que controlam as organizações do proletariado e dos demais trabalhadores. As consequências econômicas e sociais da guerra já se fazem sentir mais de perto na Europa, e a luta de classes pelas reivindicações próprias dos explorados ganha corpo com as greves e grandes manifestações. É sob essa tendência social que emergirá um movimento pelo fim da guerra, que se chocará com os interesses capitalistas envolvidos na conflagração.

A vanguarda com consciência de classe deve se guiar pelas bandeiras e pela campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), formuladas ao longo deste um ano de guerra: “Pelo fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas dos Estados Unidos e aliados contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia, por uma paz sem anexação. Somente o proletariado tem como impor uma paz sem as imposições dos Estados Unidos e das potências imperialistas aliadas. Uma paz sem anexação somente poderá ser alcançada por meio da luta de classes, tendo o proletariado revolucionário à frente com sua política diante da guerra de dominação e da estratégia própria de poder, que é a da revolução socialista e ditadura proletária.